

## FICHE AMENDEMENT

### Titre B - Partie II

#### Proposition d'amendement à l'Article : Artigo 22.º

Déposée par Monsieur Luís Queiró

#### Qualité: Suppléant

---

1. As despesas administrativas em que incorram as instituições por força das disposições referidas no presente Capítulo ficarão a cargo do orçamento da União.

2. As despesas operacionais decorrentes da aplicação das citadas disposições ficarão igualmente a cargo do orçamento da União, com excepção das despesas decorrentes de operações que tenham implicações no domínio militar ou da defesa e nos casos em que o Conselho, deliberando por unanimidade, decida em contrário.

Nos casos em que não sejam imputadas ao orçamento da União, as despesas ficarão a cargo dos Estados-Membros, de acordo com a chave de repartição baseada no produto nacional bruto, salvo decisão em contrário do Conselho, deliberando por unanimidade. No que se refere às despesas decorrentes de operações com implicações no domínio militar ou da defesa, os Estados-Membros cujos representantes no Conselho tenham feito uma declaração formal, nos termos do segundo parágrafo do n.º 1 do artigo 9.º, não serão obrigados a contribuir para o respectivo financiamento.

3. É criada no orçamento da União uma rubrica destinada ao financiamento urgente de iniciativas no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum e, nomeadamente, às actividades preparatórias de uma missão referida no n.º 1 do artigo 30.º da Parte I **do presente Tratado**. Serão estabelecidos processos específicos para garantir o rápido acesso às dotações inscritas nessa rubrica e a sua utilização efectiva dentro dos prazos impostos pelas situações em causa.

As actividades preparatórias das missões referidas no n.º 1 do artigo 30.º da Parte I **do presente Tratado** que não sejam imputadas ao orçamento da União serão financiadas por um fundo de arranque, constituído por contribuições dos Estados-Membros.

O Conselho aprovará por maioria qualificada, sob proposta do **Representante Europeu para as Relações Externas**:

- as modalidades de instituição e de financiamento do Fundo, nomeadamente os montantes

financeiros que lhe sejam afectados e as modalidades de reembolso;

- as modalidades de gestão do Fundo;
- as modalidades de controlo financeiro.

Sempre que preveja a realização de uma missão referida no n.º 1 do artigo 30.º da Parte I **do presente Tratado**, que não possa ser imputada ao orçamento da União, o Conselho autorizará o **Representante Europeu para as Relações Externas** a utilizar esse Fundo. O **Representante Europeu para as Relações Externas** apresentará ao Conselho um relatório sobre a execução desse mandato.

---

**Explication éventuelle :**